



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

28 a 30 de agosto de 2019
UNEB - Caetité, BA

RESGATE MEMORIAL E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA SOCIEDADE CRUZ SANTA DO AXÉ OPÔ AFONJÁ: REFLEXÕES E EXPERIÊNCIA

Mariana Borges Ferraz ¹
Gildecilene de Oliveira Leite ²

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais do Projeto “Xangô, conhecimento nagô na Bahia: Uma experiência Afonjá”, que utiliza como laboratório o Acervo Documental da Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá. Discutindo as concepções de documento arquivístico como bem cultural patrimonial, busca a sua consolidação como uma importante fonte para a pesquisa histórica e a reflexão sobre o seu papel como um lugar de memória.

Palavras-chave: Arquivo; Memória; Patrimônio Cultural; Pesquisa histórica; Afonjá.

Introdução

Arquivo e Memória se relacionam e se fundem, na conjunção do patrimônio documental. O primeiro, concebido com o propósito de se tornar um local de informação, desempenha o papel de guardião da memória através dos seus documentos com características permanentes e históricas. Segundo Indolfo, (2007, p.29) “os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória”. A construção desse processo se inicia no momento em que os documentos são criados por uma determinada entidade e numa etapa seguinte, são selecionados com base em critérios formais ou informais, quais deles se justificam para guarda, mesmo que a princípio seja de ordem temporária. Num momento posterior, o tempo e o olhar especializado quando na análise formal do seu conteúdo, podem qualificar esses registros, como memoráveis.

Os arquivos são templos modernos – templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas, por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social. (COOK, 1998, p.148)

¹ Especialista em Artes e Patrimônio Cultural. Analista Universitária na Universidade do Estado da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Crítica Literária e Identidade Cultural. Bolsista CNPQ.

² Doutor em Difusão do Conhecimento (UFBA). Professor na Universidade do Estado da Bahia. Coordenador do Projeto financiado pelo CNPQ



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

**28 a 30 de agosto de 2019
UNEB - Caetité, BA**

Nesse sentido, as fontes arquivísticas, quando acessíveis, se tornam referenciais para a pesquisa histórica, conceituando o arquivo como disseminador de informações e produtor de conhecimento.

Refletindo sobre o caráter histórico e patrimonial do acervo documental do Ilê Axé Opô Afonjá, busca-se o resgate e preservação da memória coletiva, dando destaque à sua representatividade na construção da identidade cultural afro-brasileira.

O Ilê Axé Opô Afonjá

O Terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá, localizado no bairro do São Gonçalo em Salvador, foi fundado por Eugênia Anna dos Santos, mais conhecida como Mãe Aninha, no ano de 1910, ficando sob seu comando até o momento de sua morte em 1938. Após diversas sucessões, teve como última Iyalorixá Mãe Stella de Oxóssi, quinta a ocupar essa posição e falecida em 2018. Esta última, empenhou boa parte do seu tempo para difundir a importância da cultura e religião do Candomblé, redigindo diversos artigos em jornais e revistas sobre as questões da religiosidade afro-brasileira, além das vivências na comunidade do terreiro. Tal engajamento, revestido de militância e resistência, a elevou à posição de uma das maiores representantes da cultura negra e religião de matriz africana. Essa posição se consagra com sua posse como imortal na Academia Baiana de Letras, ocupando a cadeira nº 33, vaga com a morte do historiador Ubiratan de Castro e cujo patrono é Castro Alves. Com seis livros publicados, Mãe Stella se tornou a primeira sacerdotisa do Candomblé a ser agraciada com essa honraria.

O terreiro, por sua vez, reconhecido como um Patrimônio Cultural Brasileiro, por abrigar um universo rico em tradições, teve o seu tombamento em 2000 pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN³, visando além da preservação da integridade física do seu conjunto arquitetônico, segurado pelas políticas públicas de preservação dos bens

³ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscr. nº 124, de 28/07/2000.
Livro do Tombo Histórico: Inscr. nº 559, de 28/07/2000.



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

**28 a 30 de agosto de 2019
UNEB - Caetité, BA**

culturais brasileiros, a perpetuação dos seus ritos e difusão de suas memórias, algo que ultrapassa a materialidade, mantendo viva a sua ancestralidade.

Pelo próprio decreto de 2000⁴, a primeira exigência para os bens que pretendem alcançar o qualitativo de patrimônio nacional é a sua “continuidade histórica”. A seguir, a relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira (par. 2º. Art. 1º.). A história, como inúmeras outras vezes, torna-se fiadora de um projeto mais amplo de retenção e releitura do passado, seus símbolos e significados, e da própria chamada cultura brasileira. (Abreu, 2007, p. 353)

Apesar de se referir a um decreto de amparo aos bens de natureza imaterial, há que se observar que no caso do Afonjá e de outras casas que passaram por processo semelhante, na preservação do patrimônio material está intrínseca a preservação do seu legado imaterial, personificado através de suas práticas religiosas, valorizadas e protegidas pelo tombamento.

Xangô, conhecimento nagô na Bahia: Uma experiência Afonjá – Base Arquivística

Coordenado pelo Professor Doutor Gildeci de Oliveira Leite e apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Projeto Xangô surge da necessidade de se produzir estudos acerca das produções artísticas, literárias e culturais da afro-brasilidade Afonjá, propagadas por agentes que permeiam o seu universo. Estes são denominados Autores Afonjá, como Mãe Stella de Oxóssi, Pierre Verger, Mestre Didi, Jorge Amado, Carybé, entre outros. Utilizando como laboratório o acervo documental custodiado pela Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, entidade civil que representa o terreiro, a pesquisa tem seu início no mapeamento desses autores e de que forma são estabelecidas as conexões com o Afonjá, considerando que alguns desses não participam da comunidade como filiados. Pelo fato de ocuparem diversos espaços, potencializando o diálogo com vários grupos sociais, deve ser observada de que forma a disseminação dessas informações acontece, como se substancia e qual o alcance pretendido e atingido.

⁴ Decreto Federal nº 3.551/2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e da outras providências.



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

**28 a 30 de agosto de 2019
UNEB - Caetité, BA**

Foram estabelecidas como metas principais a elaboração do inventário e memorial do acervo, criação de base de dados disponíveis para pesquisa, culminando com a publicação de artigos científicos.

Inicialmente realizou-se um levantamento das tipologias documentais existentes, com o apoio de fichas descritivas, instrumento arquivístico elaborado com a finalidade de identificar entre os tipos documentais produzidos e acumulados, quais os seus elementos formais e de conteúdos, bem como conhecer em quais suportes se apresentam, as terminologias utilizadas, datas-limites e estado de conservação. O estudo se constitui como base para a organização arquivística, formalizada na definição do seu arranjo, que é a “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37) e na elaboração de instrumentos de pesquisa.

Antecedendo o apoio do CNPq, essa etapa de atividades em arquivo se desenvolve desde 2016, através de um acordo de cooperação técnica⁵ entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Sociedade Cruz Santa do Axé Opô Afonjá, com a colaboração de bolsistas de Iniciação Científica, orientação técnica de profissional em Arquivologia e supervisão do coordenador do Projeto.

O acervo, à princípio visto como uma massa documental acumulada, se apresentava de forma não convencional, sem obedecer qualquer parâmetro de uma organização arquivística, o que se revelou um grande desafio. Foram encontrados recortes de jornais, fotografias, correspondências, manuscritos diversos, textos descritivos, entre outros sem valor informacional, além dos documentos relacionados às atividades administrativas do terreiro. Alguns se encontram danificados ou ilegíveis devido à ação do tempo, aliado ao acondicionamento incorreto e a falta de medidas de prevenção que garantam a sua conservação.

A metodologia utilizada procurou vincular os documentos às atividades principais do Afonjá, lançando um olhar especial sobre aqueles que trazem contribuições

⁵ Diário Oficial do Estado da Bahia nº 21.924 de 30 de abril de 2016.



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

**28 a 30 de agosto de 2019
UNEB - Caetité, BA**

significativas para a pesquisa histórica. No intuito de salvaguardar essas memórias e conserva-las, limitando o seu manuseio, muitos desses documentos foram selecionados para digitalização, compondo futuramente um banco de imagens. No processo de conversão para digital, foram priorizados os registros jornalísticos coletados na forma de recortes por um período de 40 anos. Vale salientar que durante esse espaço de tempo, existem lacunas entre alguns anos. Os recortes passaram por uma triagem na qual se analisou a maneira como cada um deles se alinhava com a organicidade do acervo documental, pois se trata de um material que possui uma liberdade de possibilidades, com critérios de guarda, muitas vezes não compreendidos.

“O fato de terem sido acumulados e preservados para uso posterior, à guisa de subsídio para a ação ou como material de referência, faz com que os recortes de jornal sejam guindados à condição de documentos de arquivo, entendidos como vestígios ou testemunhos de atividades e eventos. Passam, assim, a manter relação orgânica com os demais itens que compõem os fundos nos quais se encontram, o que lhes confere potencial informativo que supera o conteúdo neles consignado, credenciando-os não apenas como fontes relevantes para a pesquisa, mas como documentos passíveis de tratamento arquivístico” (CAMPOS, 2018, p. 662)

Apesar de o arquivo possuir características de um fundo aberto, “ao qual podem ser acrescentados novos documentos em função do fato de a entidade produtora continuar em atividade” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, P. 98), desde 2010 o trabalho de clipagem de matérias jornalísticas se encontra desatualizado. Possivelmente, isso se deve ao fato das publicações nato-digitais superarem em acessibilidade as suas versões impressas. Entretanto não foram encontradas matérias jornalísticas mais atuais arquivadas em meio eletrônico.

Considerações finais

O processo de construção da memória é dinâmico, e no caso do Afonjá, a sua continuidade é garantida pelos seus agentes sociais, quer seja oralmente ou de forma escrita. O indivíduo através da percepção dos sentidos tem o poder de transmitir conhecimentos e evocar memórias.



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

**28 a 30 de agosto de 2019
UNEB - Caetité, BA**

É inegável a importância dos documentos arquivísticos como fontes de informação, pois neles são projetados todos os trâmites sociais, culturais e políticos em que aquela comunidade se baseia. Sob esse aspecto, o documento pode ser idealizado como um bem cultural patrimonial, sendo o arquivo fonte de múltiplas linguagens, ostentadas na sua diversidade documental.

Considerando que a história e memória se tornam palpáveis através do acesso aos arquivos e reconhecendo a contribuição da cultura negra na formação da sociedade brasileira, cabe aqui, destacar a importância da criação do Centro de Documentação e Memorial do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, reivindicando seu espaço como Lugar de memória⁶. Proposta reforçada por Pereira (2011, p. 20), ao dizer que “a construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais” e embasada por Bellotto (1989, p. 81), ao afirmar que “[...] a finalidade última dos arquivos, seu objetivo maior, é, pois, comprovadamente, o acesso à informação, seja em que idade documental for e, conseqüentemente, em que âmbito arquivístico for”.

Sendo importante também a participação da comunidade Afonjá na apropriação do seu patrimônio cultural e documental, com o intuito de preservar a sua herança histórica, consolidar as questões identitárias e reforçar a noção de pertencimento, no momento em que ela se percebe inserida no processo. Expandindo-se para além dos muros, tem-se nas ações de preservação e difusão, o fortalecimento da cultura afro-brasileira, garantindo a salvaguarda da memória pessoal e coletiva do povo de santo, no registro do seu modo de vida, saberes e concepções. Institui-se uma política de valorização de um grupo que contribuiu efetivamente na história da cidade de Salvador e influencia na formação de sua identidade social e cultural.

Referências

⁶ A expressão “Lugares de memória” foi criada pelo historiador francês Pierre Nora e apresentada na sua obra intitulada *Lieux des Mémoires*, composta por 3 volumes, publicados entre 1984 e 1992.



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

28 a 30 de agosto de 2019
UNEB - Caetité, BA

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: **Cultura Política e Leituras do Passado, historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2007.

AMÉLIA, Dulce; BARROS, Dirlene Santos. Arquivo e Memória: Uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, 21(1): 55-61, jan./abr., 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. **Arquivo: Boletim Histórico e Informativo**, v.10, n.2, p. 81-83, 1989.

_____. **Arquivos Permanentes**: Tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiróz, 1991.

BRASIL. **Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em 29 de junho de 2019.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. O método diplomático aplicado à análise de recortes de jornal. **Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 4, n. esp., p. 137-155, out. 2016.

_____. Recortes de jornal em arquivos: desafios da descrição documental. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos. **Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 661-681, out. 2018. Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT07_0661-0681.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2019.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.129-149, 1998.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas; n. 51).

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./ dez. 2007.

IPATRIMÔNIO. **Patrimônio Cultural Brasileiro**. Disponível em <<http://www.ipatrimonio.org/?p=19581>>. Acesso em 13 de julho de 2019.



A UNIVERSIDADE É UM LUGAR DE TODXS E PARA TODXS?

28 a 30 de agosto de 2019
UNEB - Caetité, BA

IPHAN. Página Institucional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em 29 de junho de 2019.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v.25, n.2, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2ª ed. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: UNICAMP, 2003.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **O patrimônio em questão**. Projeto História. Sentidos da Comemoração, nº 20. São Paulo: PUC-SP, 2000.

_____. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90**, Porto Alegre, p. 233-255, v. 15, n. 27, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-23, 1993.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo Teoria e Prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça**: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Obrigação, controle e memória: Aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas. **Dissertação** (História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. 356 f.